

PROCESSO N° : 2016/34490/000023
UNIDADE GESTORA : 344900 - Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - RURALTINS
EXERCÍCIO FINANCEIRO : 2015
ASSUNTO : Prestação de Contas Anual
TIPO DE AUDITORIA : Avaliação da Gestão

RELATÓRIO DE AUDITORIA N° 035/2016
 SGD N° 2016/09049/000687

Consoante às disposições contidas na Instrução Normativa n° 006/2003 do Tribunal de Contas do Estado – TCE-TO, procedemos a análise da Prestação de Contas Anual do **Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - RURALTINS**, nos termos do inciso XII do artigo 3° da Lei n° 2.735/2013 e do Decreto n° 5.364/2016.

2. O processo está composto de todas as peças relacionadas no art. 10 da Instrução Normativa n° 006/2003.

3. Os relatórios e demonstrativos contábeis de natureza orçamentária, financeira e patrimonial são resultantes dos fatos ocorridos e dos atos praticados pelos responsáveis indicados, no período de **1° de janeiro a 31 de dezembro de 2015**, e evidenciam os resultados alcançados na gestão dos recursos orçamentários, financeiros e patrimoniais alocados na Unidade Orçamentária.

3.1 O Balanço Orçamentário, às fls. **132**, apurado a partir do comparativo entre a receita e a despesa executadas no período, demonstra déficit orçamentário de **89,54%**, que se justifica por não ser um órgão arrecadador, e totalmente dependente dos recursos do Tesouro Estadual, em obediência ao princípio da Unidade de Tesouraria.

3.2 A realização da receita demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos autorizada pela Lei Orçamentária Anual, indica um bom nível de execução com percentual médio de **86,52%**, conforme os quadros abaixo:

CATEGORIA ECONÔMICA	ATUALIZADA	ARRECADADA	%
Receitas Correntes	1.033.955,00	2.496.174,04	241,42
Receitas de Capital	4.000.000,00	1.859.023,00	46,47
TOTAL	5.033.955,00	4.355.197,04	80,52

1



FONTE DE RECURSOS	AUTORIZADA	ARRECADADA	%
0100	0,00	12.833,30	-
0225	4.000.000,00	2.085.400,28	52,14
0226	0,00	90.700,00	-
0240	1.033.955,00	2.166.263,46	209,51
TOTAL	5.033.955,00	4.355.197,04	86,52

3.3 A realização da despesa, demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos, indica um bom nível de execução das dotações autorizadas pela Lei Orçamentária Anual, com percentual médio de **84,25%**, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
Despesas Correntes	46.113.563,00	41.334.268,58	89,60
Despesa de Capital	3.318.654,00	314.090,00	9,46
TOTAL	49.452.217,00	41.648.358,58	84,25

FONTE DE RECURSOS	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
000 – Recursos Ordinários	42.758.262,00	39.003.531,75	91,22
104 - Recursos do Tesouro - Emenda Parlamentar	220.000,00	160.000,00	72,73
225 - Rec. de Convênios com Órgãos Federais	4.000.000,00	816.234,79	20,41
240 - Recursos Próprios	2.453.955,00	1.668.592,04	68,00
TOTAL	49.432.217,00	41.648.358,58	84,25

3.4 As alterações no orçamento inicial refletem um aumento de **3,05%**, o que, preliminarmente, não significa dizer que houve descumprimento do limite estabelecido na LOA, uma vez que a variação, em relação ao orçamento total do Executivo, foi dentro do limite permitido para alterações orçamentárias.

3.5 A receita orçamentária no período, no valor de **R\$ 4.355.197,04**, somada às transferências financeiras recebidas no valor de **R\$ 39.895.353,92**, os recebimentos extraorçamentários no valor de **R\$ 279.541,58** e ao saldo do exercício anterior, no valor de **R\$ 3.038.277,89**, foi suficiente para cobrir as despesas orçamentárias, no valor de **R\$ 41.648.358,58**, as transferências financeiras concedidas no montante de **R\$ 893.359,47**, os pagamentos extraorçamentários no valor de **R\$ 659.693,99**, restando saldo de **R\$ 4.366.958,39** para o exercício seguinte, conforme se observa no Balanço Financeiro, às fls. 135.

3.6 O Balanço Patrimonial, à fl. 139, demonstra uma situação **positiva** dos bens, direitos e obrigações, como se observa a seguir:

[Assinaturas manuscritas]
2





3.6.1 O Passivo Circulante é maior que o Ativo Circulante em **154,13%**, demonstrando insuficiência de recursos para pagamento das dívidas de curto prazo.

3.6.2 O resultado da comparação do Ativo Não Circulante, composto pelo Investimentos e Imobilizado com o Passivo Não Circulante (Dívida Fundada), representado pelo parcelamento junto ao INSS, revela que o valor dos compromissos de longo prazo corresponde ao percentual de **8,98%**.

3.6.3 Houve inscrição de restos a pagar no exercício no valor de **R\$ 235.825,79**, deste montante, **R\$ 52.521,92** refere-se a restos a pagar processados e **R\$ 183.303,87** restos a pagar não processados.

3.6.3.1 Registra-se um montante inscrito em restos a pagar não processados de exercícios anteriores, do qual foi liquidado **R\$ 549.238,16**, pago **R\$ 549.238,16** e cancelado **R\$ 59.167,00**, restando ainda um saldo de **R\$ 644.341,68**, sendo a justificativa às fls. **173 a 174** insuficiente para satisfazer a permanência de saldo.

3.6.3.2 Do montante inscrito em restos a pagar processados e não processados liquidados de exercícios anteriores foi pago **R\$ 66.695,54** e cancelado **R\$ 65.232,50**, restando um saldo de **R\$ 52.001,98**, sendo a justificativa de fls. **173 a 174** insuficiente para satisfazer a permanência de saldo.

3.6.4 O Quadro do Superávit/Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial, demonstra um **superávit** financeiro de **R\$ 3.434.788,94**, obtido a partir da comparação do Ativo Financeiro no valor de **R\$ 4.366.958,39**, com o Passivo Financeiro no valor de **R\$ 932.169,45**, conforme fl. **140**.

3.7 Os bens patrimoniais, móveis e imóveis, próprios e de terceiros, estão registrados no imobilizado no valor total de **R\$ 14.385.949,10**, já deduzida a depreciação, não havendo informações a respeito de divergências entre os sistemas SIAFEM e SISPAT.

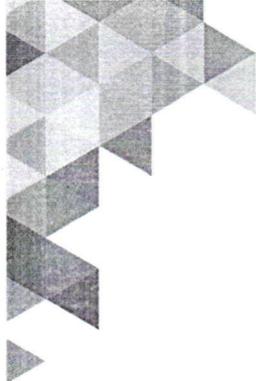
3.7.1 O Quadro das Contas de Compensação do Balanço Patrimonial registra saldo de bens móveis em processo de localização no valor de **R\$ 6.442.980,60** e, ainda, bens móveis de terceiros em processo de localização no valor de **R\$ 90.443,75**, não havendo nenhuma baixa no exercício em análise, conforme justificativa às fls. **171 a 172**.

3.8 A conta contábil "Estoques" apresenta saldo no valor de **R\$ 453.821,10**, que confere com a posição física e financeira do material em estoque, às fls. **158**.

3.9 A conta "Caixa e Equivalentes de Caixa" registra saldo no valor total de **R\$ 3.119.114,27**, que confere com o Balanço Financeiro, extratos e conciliação bancária, conforme discriminação abaixo:

3





a) banco conta movimento **R\$ 1.315.277,36**

- 1 - **R\$ 37.823,10** na Conta Única do Tesouro Estadual;
- 2 - **R\$ 1.277.454,26** nas contas bancárias específicas;

b) aplicação financeira **R\$ 1.803.836,91.**

3.10 As contas do Passivo Circulante totalizam um saldo de **R\$ 14.048.548,18**, correspondentes a Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo, Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo e Demais Obrigações a Curto Prazo.

3.11 O saldo inicial da conta "Passivo Não Circulante" registra **dívida fundada** no valor de **R\$ 1.293.520,78**, referentes a Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo com o INSS.

3.12 O resultado patrimonial do período evidencia Variação Patrimonial Aumentativa de **R\$ 44.242.044,22** e Variação Patrimonial Diminutiva de **R\$ 49.776.675,72**, demonstrando resultado patrimonial **negativo** do período, no montante de **R\$ 5.534.631,50**, conforme demonstrado às fls. 137 a 138.

3.13 A Demonstração dos Fluxos de Caixa demonstrou as origens e as aplicações de caixa, gerando o montante líquido no valor de **R\$ 1.328.680,50**, à fl. 142.

4. Os aspectos relativos à legalidade e regularidade dos atos e procedimentos adotados na aplicação dos recursos públicos referentes ao **Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - RURALTINS** foram parcialmente acompanhados e fiscalizados pela Controladoria Geral do Estado.

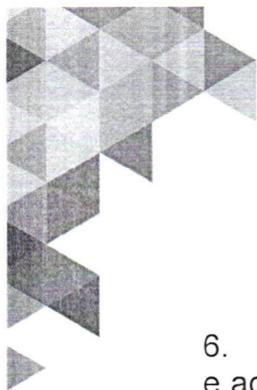
4.1 No exercício de 2015, a Controladoria Geral do Estado criou um setor dedicado exclusivamente a prestar orientações aos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, tendo sido realizados **3** (três) atendimentos presenciais, para esclarecimento de dúvidas quanto à instrução processual, execução e fiscalização de contratos, licitação, dentre outras.

4.2 Houve acompanhamento e avaliações trimestrais, durante todo o exercício de 2015, da execução do PPA e do orçamento, por meio de sistema próprio, para fins de verificação do cumprimento das metas e objetivos previstos no Plano Plurianual e nas ações orçamentárias, o que possibilitou indicar medidas para o alcance dos resultados demonstrados no item 6 deste Relatório

5. Ressalte-se, por oportuno, que o Egrégio Tribunal de Contas do Estado não realizou auditoria de regularidade no **Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins** no exercício em análise, conforme informado à fl. 535.

[Handwritten signatures and initials]
4





6. O desempenho institucional das atividades, serviços públicos, programas e ações governamentais, a cargo da Unidade Orçamentária, está demonstrado através do Relatório de Gestão às fls. **21 a 111**, exigido pela já citada IN nº 006/03 TCE.

6.1 O Relatório de Gestão de que trata a IN n.º 006/2003 do TCE aponta os níveis de resultados quanto ao alcance dos objetivos estabelecidos para o **Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins**, a eficiência e eficácia dos projetos e atividades, desenvolvidos com base nas iniciativas, nas metas e nos indicadores estabelecidos na Lei Estadual n.º 2.538/2011(PPA 2012-2015) e revisões, bem como por meio das ações orçamentárias contidas na Lei Estadual n.º 2.942/2015 (Lei Orçamentária Anual - LOA).

6.1.1 O Relatório demonstra que as atribuições da entidade foram desenvolvidas com vistas a contribuir para o alcance dos objetivos, às fls. **29 a 31**, definidos nos Programas Temáticos: 1002 - **Aquicultura e Pesca**, 1004 - **Agricultura Familiar** e com suporte nas ações do Programa 1054 - **Gestão e Manutenção** do Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins.

6.1.1.1 Para esses objetivos foram estabelecidas metas físicas, cujo desempenho, no exercício em análise, demonstra que, das **34** (trinta e quatro) metas, **24** (vinte e quatro) tiveram execução, cuja média foi de **81,60%**, demonstrando um bom nível de execução, conforme relatórios às fls. **37 a 70**.

6.1.1.2 A avaliação do grau de efetividade do alcance dos objetivos definidos no PPA foi realizada por meio da aferição de **4** (quatro) indicadores, dos quais **3** (três) apresentaram um nível satisfatório para o órgão, embora **1** (um) não tenham sido apurados, conforme relatórios às fls. **32 a 36**.

6.1.2 Os produtos e serviços criados a partir do objetivo definido, revelam que o órgão/entidade conseguiu entregar **13** (treze) serviços à sociedade, sendo **5** (cinco) parcialmente de um total de **17** (dezessete), demonstrando um bom grau de eficiência alcançado pela entidade, conforme relatórios às fls. **71 a 87**.

6.1.2.1 Para a realização dessas iniciativas foram elaboradas **18** (dezoito) ações orçamentárias, sendo **12** (doze) de natureza atividade e **6** (seis) de natureza projeto, cuja execução foi avaliada com base nos índices da gestão física e orçamentário-financeira, explicitando um alto grau de eficiência, apesar da não realização física de **3** (três) e financeira de **4** (quatro) delas, respectivamente, conforme relatórios às fls. **88 a 106**.

6.1.3 A execução das ações de gestão, envolvendo um total de **5** (cinco) ações de natureza atividade, demonstram que as mesmas tiveram uma considerável contribuição para o alcance dos objetivos da entidade, uma vez que o montante de recursos destinados, **83,82%** foram executados por meio do Programa de Gestão Manutenção, conforme relatórios às fls. **107 a 111**.



7. Com referência à força de trabalho foi informado, como demonstrado às fls. **513 a 516**, um quantitativo de **703** servidores ativos, sendo que **28** servidores foram admitidos no exercício de 2015 por meio de concurso e **15** por meio de contrato temporário.

8. Com essas considerações, tendo em vista que não foram evidenciados atos e fatos da Gestão em apreço que pudessem comprometer ou causar prejuízo ao Erário Estadual, concluímos pela **REGULARIDADE** das contas apresentadas pelos responsáveis **Pedro Dias Corrêa da Silva, Jaciones Pinto Oliveira** e outros relacionados neste processo à fl. **03**, COM RESSALVAS aos itens 3.6.3.1 e 3.6.3.2 deste Relatório.

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO, aos 15 dias do mês de março de 2016.


Luciana Burget de Castro
Analista/Assistente Administrativo


Cristiane Dalastro
Analista/Contador


Kilvânia Rodrigues de Melo Miranda
Gerente de Avaliação e Controle da Gestão Governamental


Wellington Junior Silveira
Gerente de Auditoria em Gestão Administrativa


Augusto de Souza Pinheiro Júnior
Diretor de Auditoria e Fiscalização

I – De acordo;

II – Encaminhe-se o presente Relatório ao Secretário-Chefe, para fins de análise e emissão do competente parecer de auditoria.

Em 15/03/2016.


SHARLLES FERNANDO BEZERRA LIMA
Superintendente de Gestão de Ações de Controle Interno

